

ÍNDICE

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	2
1.1. INTRODUÇÃO	2
1.2. METODOLOGIA	3
1.3. ENTIDADES CONTACTADAS	3
1.4. EQUIPA TÉCNICA E DATA DE EXECUÇÃO	3
1.5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	4
1.6. ELEMENTOS PATRIMONIAIS NA ÁREA DE ESTUDO	6
2. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO.....	9
2.1. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA ZONA DE PROJETO	9
2.2. A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO.....	11
3. MEDIDAS DE VALORIZAÇÃO.....	12
4. ANÁLISE AOS TRABALHOS DE PROSPECÇÃO	13
5. LIMITES AO CONHECIMENTO	14
6. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO.....	16
7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	16

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Área de intervenção (AI) do Plano no Concelho / Freguesia.....	2
Figura 2 - Áreas Prospetadas (assinaladas a vermelho).....	14

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

1.1. INTRODUÇÃO

A vertente patrimonial do Dossier de Ambiente elaborado para o Plano de Pormenor de Salmoura, em Setúbal, teve como objetivos: identificar os elementos patrimoniais, arqueológicos e edificados, que possam existir na área do plano. A área de estudo insere toda a área determinada no projeto e a sua envolvente de 100 metros.

A área de intervenção do PP da Salmoura, com cerca de 148 ha, situa-se na União das Freguesias de Azeitão, no Concelho de Setúbal e administrativamente localiza-se na Área Metropolitana de Lisboa (NUT II e NUT III).

Este território é caracterizado por um mosaico de usos mistos, verificando-se a coexistência de funções habitacionais, equipamentos industriais e agrícolas (nas áreas mais marginais à ocupação mais urbana).

Figura 1 - Localização da Área de intervenção (AI) do Plano no Concelho / Freguesia



A estrutura fundiária é caracterizada pela ocorrência de parcelas de grandes dimensões, que correspondem às atividades industriais, bem como de parcelas de menores dimensões, na sua maioria com cerca de 5.000 m², ocupadas por habitação e alguns equipamentos sociais de índole privada.

Salienta-se a falta de infraestruturização deste território e a existência de uma rede viária desarticulada, sem arruamentos consistentes nem estruturação definida.

Tendo por base estes pressupostos, o PP da Salmoura apresenta os seguintes objetivos programáticos:

- Reestruturação do tecido urbano existente, assegurando a adequada compatibilização funcional, dado tratar-se de um território ocupado por usos distintos, nomeadamente, habitacional, industrial (tipo 1, 2 e 3), terciário e equipamentos de utilização coletiva;
- Contenção e estruturação das áreas de edificação dispersas;
- Garantia da possibilidade de ampliação das instalações industriais atualmente existentes, condição fundamental à sustentabilidade da atividade económica local;
- Enquadramento dos equipamentos sociais atualmente existentes, garantindo as condições necessárias à manutenção e melhoria dos serviços prestados;
- Preservação da matriz de ocupação mista, valorizando a agricultura periurbana e a pluriatividade;
- Promoção da infraestruturização básica;

- Criação de uma estrutura viária hierarquizada e que permita a conexão entre a área objeto de estudo e a envolvente, tomando em consideração as acessibilidades existentes e previstas no contexto do território circundante;
- Criação de oferta de estacionamento ajustado às necessidades identificadas, nomeadamente à proposta funcional e construtiva a implementar;
- Estabelecimento de circuitos pedonais de ligação entre os elementos urbanos estruturantes da área de intervenção, bem como, com a área envolvente, através da criação de percursos urbanos qualificados;
- Criação de espaços públicos de recreio e lazer, perfeitamente articulados com as atividades existentes e a propor para o local, nomeadamente, habitação, comércio/serviços, indústria compatível e equipamentos de utilização coletiva, de forma a assegurar a vivência urbana desta área;
- Consolidação da rede de equipamentos de utilização coletiva, enquanto elementos dinamizadores do local, suscetível de consolidar os hábitos de frequência.

O presente relatório debruçar-se-á apenas na valorização do património cultural.

1.2. METODOLOGIA

O Dossier de ambiente para o projeto em causa, na componente do património cultural, foi realizado através da investigação bibliográfica e documental sobre a área em estudo e da prospeção sistemática da área, nas zonas acessíveis (vide capítulo dos limites ao conhecimento) e sua envolvente de 100 metros.

A investigação deu especial importância às bases de dados da DGPC, não negligenciando as monografias e artigos da especialidade, a análise toponímica, a análise fisiográfica, assim como o contacto com as instituições que podiam fornecer informações sobre o património local.

Esta pesquisa permitiu compreender a dinâmica ocupacional da área. Posteriormente foi sistematizada a informação obtida e localizados cartograficamente os elementos culturais na área do plano de pormenor e na sua envolvente, e apresentadas medidas para a sua valorização.

1.3. ENTIDADES CONTACTADAS

■ Câmara Municipal de Setúbal

Pedido de informações sobre o património arqueológico e arquitetónico.

■ Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Consulta do Plano Diretor Municipal do Concelho de Setúbal.

■ DGPC

Consulta da base de dados do Portal do Arqueólogo.

1.4. EQUIPA TÉCNICA E DATA DE EXECUÇÃO

O presente estudo foi realizado pelo arqueólogo Pedro Ventura em janeiro de 2016.

1.5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Os registos de ocupação humana no território do concelho remontam à pré-história, tendo sido recolhidos, em vários locais, numerosos vestígios desde o Neolítico. Destacam-se os achados em localizados entre o estuário do Tejo e a cordilheira da Arrábida, onde foram recolhidos em Santa Marta de Corroios, Quintado Peru, Quinta dos Arcos e Basteza da Mó, calhaus achatados que teriam recebido a ação humana.

O Paleolítico Médio também se encontra bem representado nos terraços do Tejo e nas praias do litoral, onde foram recolhidas ferramentas cuja autoria terá pertencido a comunidades de Homo Sapiens, das quais se destacam as jazidas da gruta da Figueira Brava no concelho de Setúbal.

O Neolítico encontra também expressão na região de Setúbal em Palmela (grutas artificiais em Casal do Pardo, quinta do Anjo) e Sesimbra (Lapa do Fumo e Lapa do Bugio).

No Calcolítico, os povoados conhecidos na Península revelam preocupações, quase sem exceção, com a defesa, através da implantação em locais elevados e da construção de fortificações. Exemplos destes povoados são o Pedrão e da Rotura, na serra de S. Luís. No que se refere à cerâmica, para além de numerosas formas decorrentes do Neolítico Final, encontram-se algumas inovações, como os copos e taças com decoração canelada e peças de carácter mágico-religioso. No povoado da Rotura aparece um elemento novo: vestígios da metalurgia em cobre.

A Idade do Bronze encontra-se mais representada a sul da Península de Setúbal, sobretudo no concelho de Sines. No que diz respeito à Península existem exemplos relevantes do Bronze Final, como o Castelo dos Mouros (concelho de Setúbal), em que o povoado possuía boas condições naturais de defesa, e a sepultura de Roça do Casal do Meio (concelho de Sesimbra) onde foram encontrados elementos de cariz mediterrânico e materiais ligados ao mundo atlântico, como as peças de bronze encontradas em Alfarim e Pedreiras, concelho de Sesimbra.

As comunidades do Bronze Final encontram-se, pois, social e culturalmente preparadas para rapidamente assimilarem as influências orientalizantes veiculadas por navegadores fenícios ocidentais. Assim, em Setúbal (SILVA e SOARES, 1986) e em Alcácer do Sal (SILVA et alii, 1980-81), sobre níveis dos finais da Idade do Bronze, vão-se formar níveis do século VII ricos em produtos orientalizantes.

Estes povoados, ligados ao comércio, localizam-se a poente e nascente do estuário, numa das mais importantes vias fluviais de penetração no interior alentejano, donde vinham a maior parte dos produtos comerciais. Entre os dois locais e na margem direita do estuário do Sado, no sítio de Abul (concelho de Alcácer do Sal), os fenícios montaram uma feitoria. Por outro lado, a norte da Península, na margem esquerda do rio Tejo, em Almada, o período do Bronze Final atingiu grande desenvolvimento (séculos VII – VI a.C.).

Os romanos deixaram um importante legado cultural e de organização social que é possível vislumbrar através dos vestígios arqueológicos encontrados por todo o país, e em particular, na Península de Setúbal.

Um patamar rochoso da encosta de serra de S. Luís (concelho de Setúbal), defendido por altas escarpas e conhecido pelo nome de Pedrão (SOARES e SILVA, 1973), que durante o Calcolítico havia já sido ocupado, guarda importantes vestígios do período que precede imediatamente a presença romana. Reflete, pela sua topografia, estruturas defensivas (muralha) e espólio (pontas de lança) o clima de insegurança e instabilidade que se vivia em meados do séc. I a.C. Com

efeito, não tinha sido pacífica a ocupação romana da Península pelos exércitos de Roma. É somente a partir de Augusto que a colonização de inicia de facto.

A cidade de Cetóbriga dividia-se no que é hoje o Centro Histórico de Setúbal e Tróia.

A produção de preparados de peixe induziu outras indústrias, como a salicultura e o fabrico de ânforas, entre Setúbal e Alcácer do Sal. Aquando da ocupação romana, Setúbal experimentou um enorme desenvolvimento. Os romanos instalaram na povoação fábricas de salga de peixe e fornos para cerâmica que desenvolveram igualmente, encontram-se várias olarias romanas onde se produzia o vasilhame indispensável ao transporte dos preparados piscícolas. Relativamente ao estuário do Tejo, Olisipo comandava toda atividade aí desenvolvida. Contudo, na margem esquerda surgiram indústrias cuja produção era para alimentar aquele mercado.

O fabrico de salga é conhecido em Cacilhas e olarias onde se produziam ânforas têm vindo a ser conhecidas em Alcochete e no Seixal.

Durante as invasões bárbaras e a ocupação árabe, a zona habitada foi sendo progressivamente abandonada devido ao avanço das areias. Atalaias como Palmela, portos mais abrigados, como Alcácer do Sal, e vales férteis, como Azeitão, foram os locais escolhidos pelos muçulmanos para se fixarem.

Após a conquista de Palmela aos muçulmanos e do estabelecimento da Ordem de Santiago da Espada, Setúbal foi repovoada, primeiro na colina de Santa Maria e, progressivamente, na zona baixa que se estende até ao atual bairro de Troino. Recebeu, em 1249, de D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem, a primeira carta foral. Setúbal, com uma extensão territorial relativamente diminuta, teve de afirmar-se, lutando com os concelhos vizinhos de Palmela, Santiago do Cacém e Alcácer do Sal, já então constituídos.

Com as dificuldades apresentadas pelos habitantes, no que diz respeito à entrada e venda de produtos trazidos de Sesimbra, Palmela e Alcácer, o mestre de Santiago, D. Garcia Peres, em 1343, deu execução a uma carta de D. Afonso IV, que delimitava o termo de Setúbal, tendo sido construída uma cortina de muralhas.

Ao longo do século XV, a vila desenvolveu atividades económicas, ligadas sobretudo, à indústria e ao comércio, tirando rendimentos elevados com os direitos cobrados pela entrada no porto. Os primeiros conventos franciscanos, um deles o Convento de Jesus, foram construídos em Setúbal durante esse século.

A época dos Descobrimentos trouxe um grande desenvolvimento, tendo D. Afonso V, em 1458, partido do porto de Setúbal à conquista de Alcácer Ceguer.

A construção de um aqueduto, em 1487, que conduzia a água à vila, iniciada por D. João II, terminou no reinado de D. Manuel. Este monarca reformou o foral da vila, em 1514, devido ao progresso e aumento demográfico que Setúbal tinha registado ao longo do último século.

O título de “notável villa” é concedido, em 1525, por D. João III. Foi este título que proporcionou a criação, em 1553, por carta do arcebispo de Lisboa, D. Fernando, de duas novas freguesias, a de S. Sebastião e a da Anunciada, que se juntaram às já existentes S. Julião e Santa Maria.

A cerca de dois quilómetros do centro de Setúbal, o Rei D. Filipe II mandou edificar uma fortaleza – de S. Filipe –, cujos trabalhos foram iniciados em 1582.

No início do século XVIII, a população setubalense solicitou que S. Francisco Xavier fosse eleito padroeiro da cidade.

O terramoto de 1755 destruiu e danificou muitos edifícios, tendo as freguesias localizadas na zona mais baixa de Setúbal sido as mais afetadas.

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento económico e social transformou a vila num dos mais importantes centros comerciais e industriais do País. A elevação a cidade deu-se em 1860, por carta régia, após solicitação da Câmara, dois anos antes, ao Rei D. Pedro V. Nessa altura, foi inaugurada a via-férrea Barreiro/Setúbal e, em 1863, a iluminação a gás. As obras de aterro sobre o rio iniciaram-se, fazendo nascer a Avenida Luísa Todi.

Setúbal foi elevada, em 1926, a sede de distrito e, em 1975, a cabeça de diocese.

1.6. ELEMENTOS PATRIMONIAIS NA ÁREA DE ESTUDO

Através da pesquisa de gabinete, foram identificados diversos elementos patrimoniais localizados na União das Freguesias de Azeitão (anteriores freguesias de São Lourenço e de São Simão):

DESIGNAÇÃO	CNS	TIPO DE SÍTIO	CONCELHO/FREGUESIA	LATITUDE/LONGITUDE
Arrábida/Castelo dos Mouros	5217	Fortificação	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.491546/-8.975551
Bico dos Agulhões 1	32876	Povoado	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.458962/-9.009952
Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas	2489	Habitat	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.501968/-9.027831
Cambezes	465	Cetária	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.481439/-8.976809
Casal da Murteira/Jogo da Petisca	4463	Vestígios Diversos	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.497343/-8.983643

PLANO DE PORMENOR (PP) DA SALMOURA / 1ª FASE – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

DESIGNAÇÃO	CNS	TIPO DE SÍTIO	CONCELHO/FREGUESIA	LATITUDE/LONGITUDE
Casal do Bispo	314	Habitat	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.500127/-9.032967
Chã da Anixa	33855	Indeterminado	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.481265/-8.973947
Chã da Anixa II	33857	Indeterminado	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.484435/-8.973508
Chã da Anixa III	33858	Indeterminado	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.484007/-8.972953
Coina-a-Velha	981	Castelo	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.502147/-9.033706
Creiro	26666	Achado(s) Isolado(s)	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	Desconhecido.
Creiro	5552	Cetária	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.481448/-8.976809
Figueira Brava	3915	Gruta	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.471646/-8.986778
Galapos - Creiro	22644	Habitat	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	Desconhecido

PLANO DE PORMENOR (PP) DA SALMOURA / 1ª FASE – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

DESIGNAÇÃO	CNS	TIPO DE SÍTIO	CONCELHO/FREGUESIA	LATITUDE/LONGITUDE
Lapa de Santa Margarida	18550	Gruta	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.468936/-8.987892
Moinho do Cuco	8144	Habitat	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.520286/-8.987353
Painel das Almas	3860	Vestígios Diversos	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.516042/-9.0131
Praia de Galápos	5553	Habitat	Setúbal/São Lourenço e São Simão	38.485322/-8.964018
Praia dos Coelho/Portinho da Arrábida	28360	Jazida	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.482168/-8.97022
Serra da Cela (Portinho da Arrábida)	8145	Habitat	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.473465/-8.984508
Serra de São Francisco / Alto de São Francisco	8146	Habitat	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.540161/-8.979559
Vila Nogueira de Azeitão	5218	Necrópole	Setúbal/ União das Freguesias de Azeitão (anteriores São Lourenço e São Simão)	38.520974/-9.016027

Através da prospeção do terreno, foi identificado um elemento patrimonial, que se localiza na freguesia da Quinta do Anjo (concelho de Palmela), mas que se encontra na extremidade do Plano de Pormenor. Para o elemento patrimonial identificado foi criada uma ficha de identificação individual (ANEXO I – Ficha de Elemento Patrimonial), da qual consta:

- **Número de identificação do elemento patrimonial** – corresponde ao número atribuído ao elemento patrimonial;
- **Designação** – corresponde à designação pela qual o elemento patrimonial é conhecido;
- **Registo fotográfico** – fotografias dos locais de interesse patrimonial que poderão ser afetados pelo projeto;
- **Valor Patrimonial** – valor patrimonial, científico e artístico, bem como o grau de raridade e interesse conservacionista do elemento;
- **Descrição** – pequena descrição do elemento patrimonial, com indicação da época em que se insere;
- **Espólio** – descrição do espólio arqueológico eventualmente existente, relacionado com o elemento;
- **Classificação/Legislação/Proteção** – referência à existência ou não de protecção do elemento patrimonial por parte das entidades competentes;
- **Fonte** – modo como se obteve conhecimento do elemento patrimonial;
- **Bibliografia** – referências bibliográficas ao elemento patrimonial;
- **Uso do Solo** – atual uso do solo no local onde se situa o elemento patrimonial;
- **Ameaças** – situações que ameacem a integridade do elemento patrimonial;
- **Localização administrativa** – localização ao nível do Distrito, concelho, freguesia e lugar;
- **Localização geográfica** – indicação do meridiano, do paralelo, da altitude e da Carta Militar de Portugal onde se situa o elemento patrimonial;
- **Localização face ao Projeto;**
- **Localização em cartografia à escala 1:25.000.**

2. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA: A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

2.1. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA ZONA DE PROJETO

O processo da salvaguarda patrimonial deverá, com efeito, competir a todos, à sociedade em geral: “todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património”¹, sendo certo que o principal papel compete ao Estado, quer como tarefa fundamental, “proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território”², quer como ação específica em promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”³.

Neste enquadramento, e não obstante o património constituir um papel de mobilização coletiva, as ações da salvaguarda e da valorização tendem a constituir uma matéria que a sociedade remete para o Estado, para as autarquias, revelando o quão ténue pode ser o seu vínculo à causa pública, ao reconhecimento de um interesse público.

¹ Artigo 78.º, Constituição da República Portuguesa (CRP), V revisão constitucional.

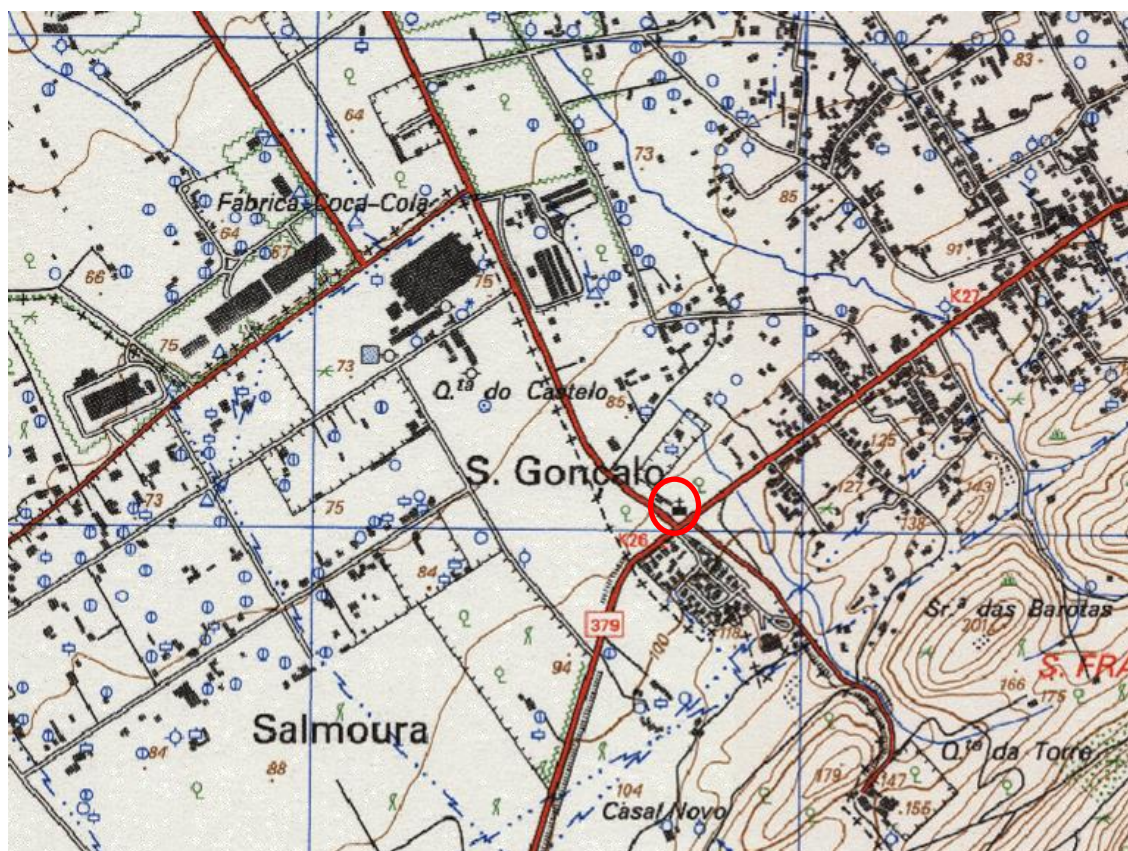
² Artigo 9.º CRP, V revisão constitucional.

³ Artigo 78.º, CRP, V revisão constitucional.

Foi identificado na área do Plano de Pormenor (mas fora da área de intervenção do Plano, já no concelho de Palmela) um elemento patrimonial que se enquadra na categoria de Património Cultural arquitetónico.

Segue-se a ficha do sítio:

Designação: Capela de São Gonçalo	Tipo de Sítio: Capela
<p>Descrição do sítio: O monumento apresenta uma planta centralizada, hexagonal, composta de 3 volumes articulados. A capela é bastante característica pelo facto de possuir alpendre. O corpo principal é envolvido por uma colunata que apoia o alpendre, sustentado por três arcos plenos sobre as impostas de pilares, de base retangular, prolongando-se lateralmente em ângulo, com dois arcos de asa de cesto, também assentes em pilares. Na ilharga direita observa-se uma sineira em arco e adoçamento da antiga casa do guardião, atual sacristia, de um único vão. As cantarias dos vãos são em pedra calcária bordajada. Nas duas fachadas que flanqueiam o altar existem dois pequenos óculos ovais. No interior existe uma pedra tumular com a inscrição: SA DE MADANE / LADIAS 1620.</p> <p>Espólio: O existente no interior.</p> <p>Período Cronológico: Século XVI/XVII.</p> <p>Classificação/ Legislação/ Proteção: 2002, 08 maio - Deliberação da Câmara Municipal de Palmela classificando por unanimidade como Imóvel de Interesse Municipal; 25 junho - sanção da Assembleia Municipal de Palmela relativamente à classificação do imóvel, de acordo com a alínea b), do ponto 2, do artº 20º da Lei nº 159/99 de 14 de setembro.</p> <p>Fonte/ Bibliografia: PDM de Palmela</p> <p>Uso do solo: Urbano.</p> <p>Ameaças: Agentes climáticos, Poluição automóvel.</p> <p>Distrito/Concelho/Freguesia: Setúbal/Palmela/ Quinta do Anjo.</p> <p>Lugar: Cabanas (Rua Venâncio da Costa Lima, Quinta do Anjo)</p> <p>Localização geográfica: Meridiano: 126003.3734 Paralelo: 176148.2942 CMP 1/25000 Folha nº: 454</p> <p>Localização face ao projecto: Na área de estudo.</p>	  <p>Valor Patrimonial: Elevado</p> <p>Conservação da Estrutura: Elevado</p> <p>Potencial Científico: Elevado</p> <p>Tipicidade: Elevado</p> <p>Grau de Raridade: Elevado</p> <p>Valor Estético: Elevado</p> <p>Dimensão/Monumentalidade: Elevado</p> <p>Inserção Paisagística: Elevado</p> <p>Significado Histórico-Cultural: Elevado</p> <p>Antiguidade: Século XVI</p> <p>Originalidade/Singularidade: Elevado</p> <p>Interesse Público: Elevado</p>



Localização 1:25.000

2.2. A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Ao conceito de “salvaguarda” dos bens culturais, aqui entendidos como “reserva de memória”, poderemos acrescentar-lhe a dimensão de recurso. Um recurso que viabilize uma dinâmica económica e social. Poderemos encarar os próprios objetos e sítios do Passado como reconstruções, porque lhes aduzimos as nossas observações, as nossas valorizações. Equacionar o “Passado” e o papel dos vestígios, é simultaneamente colaborar na sua projeção, enquanto herança que queremos transmitir. Como num processo em cadeia, somos agentes de uma construção qualquer sobre os bens que resgatamos e que legamos, sendo que essa mesma “realidade” será futuramente olhada e lida de múltiplas formas.⁴

As nossas decisões não têm nada de inócuo, ou de neutro, estamos sempre a escolher, a veicular uma certa forma de olhar, a exercer uma função que é também política sobre os vestígios do passado, “Porque não há afinal, “Património” que seja neutro ou apolítico ...”⁵.

Neste contexto, qualquer decisão sobre os recursos patrimoniais impõe para além de um olhar multidisciplinar, uma maior responsabilização de múltiplos agentes que se relacionam com a sua gestão. Dito de outro modo, para além de um conhecimento mais exaustivo e pluridisciplinar desses bens, e para uma maior operacionalidade dos processos de

⁴ Cf. BARATA, Filomena, in “A salvaguarda dos bens culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro”, Património/Estudos, n.º6, 2004, pág. 14.

⁵ In Idem, Ibidem, pág.14

decisão, exige-se um planeamento mais concertado do território, onde às decisões deve ser prévio o (re) conhecimento desses bens intrinsecamente ligados ao seu território, daí o seu entendimento enquanto recursos territoriais.⁶

Todavia o cruzamento no território, do conhecimento/ gestão do património com o planeamento apresenta ainda no nosso país graves dificuldades, conforme nos refere Filomena Barata, “O pequeno investimento feito pelo Estado nas áreas do saber – mais especificamente no que respeita a algumas matérias que colaboram diretamente na gestão patrimonial -, como a História, a Arqueologia, a Antropologia, a Sociologia e a ausência de compatibilização dos variados bancos de dados ou inventários nacionais que deveriam ter a possibilidade de funcionar em rede, corrobora a dificuldade de acesso ao conhecimento.”⁷

Assim, a execução do Plano de Pormenor (considera-se a possibilidade de realização de obras de consolidação da área urbana, apesar das mesmas ainda não estarem quantificadas e planeadas), constitui uma oportunidade da melhoria das condições de vida dos residentes, e por outro lado, ao serem executadas obras de melhoramento, constitui uma oportunidade para valorizar o património identificado, ligando-o ainda mais à comunidade local.

Sobre o elemento de interesse patrimonial identificado na área de estudo poderemos afirmar que o mesmo se localiza a 80 metros do limite do plano. A capela está perfeitamente delimitada e protegida, dado que foi alvo de obras de reabilitação no edifício e áreas exteriores e por isso não sofrerá qualquer impacto.

3. MEDIDAS DE VALORIZAÇÃO

A área do Plano de Pormenor de Salmoura caracteriza-se pela existência de lotes de habitação unifamiliar. Preconiza-se como medidas gerais de minimização da execução de melhoramentos na área do projeto, como colocação de passeios, execução de redes de água e saneamento, reformulação da rede elétrica, pavimentações, criação de áreas de recreio ou lazer, o acompanhamento das obras por um arqueólogo em todas as fases que envolvam revolvimento de solos (decapagem, desmatação, escavações e terraplanagens) e durante a instalação de estaleiros.

Em relação ao elemento patrimonial identificado como Capela de São Gonçalo, a sua localização e distância protegem-no de efeitos negativos decorrentes da realização de qualquer obra na área envolvente. Para a valorização do elemento considera-se fundamental a manutenção da integração paisagística atualmente existente. Para além disso, seria importante a melhoria a colocação de sinalização dentro da área do Plano de Pormenor de forma a conduzir os residentes para o usufruto do elemento patrimonial. Considera-se que a área em redor do elemento patrimonial deveria ser a área social por excelência, o que contribuiria fortemente para a valorização do elemento arquitetónico aqui descrito.

Por último, o processo de salvaguarda patrimonial implica uma trama complexa de elementos que passam pelo reconhecimento de que o património, hoje, é das sociedades e dos cidadãos, que vêem nele a sua identidade e memória, mas é também uma forma de contribuir para a melhoria do ordenamento do território, do desenvolvimento económico e social, integrado nas políticas públicas de expressão territorial numa adequada ponderação de interesses públicos e privados. Foi essa ponderação que nos levou a concluir que a Capela de São Gonçalo deverá ser o centro animador cultural da área do Plano de Pormenor de Salmoura.

⁶ Os instrumentos de gestão territorial identificam o património arquitetónico e arqueológico como recurso territorial. (alínea e) do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT).

⁷ BARATA, Filomena, Op. Cit, pág.18

Salienta-se que o elemento detetado se localiza no concelho de Palmela, enquanto que o Plano se localiza no concelho de Setúbal. Importa assim romper as barreiras administrativas e valorizar as ligações culturais, dado que estas não são travadas por limites administrativos.

4. ANÁLISE AOS TRABALHOS DE PROSPECÇÃO

Durante a fase de prospeção arqueológica do projeto em estudo, verificou-se que o coberto vegetal permitiu uma boa visibilidade do terreno nas áreas onde era fácil aceder. Em relação à prospeção do terreno consideraram-se 5 cenários, que passamos a descrever:

Nível 1 – áreas em que a visibilidade do solo era total (100%) e as condições do terreno eram muito favoráveis a uma progressão rápida e eficiente. Estas áreas caracterizam-se pelo potencial arqueológico, tendo-se detetado vestígios arqueológicos zonas específicas.

Nível 2 – áreas em que a visibilidade do solo não é total, mas que não impede uma real perceção do solo. São áreas onde se prospectou 80% do solo.

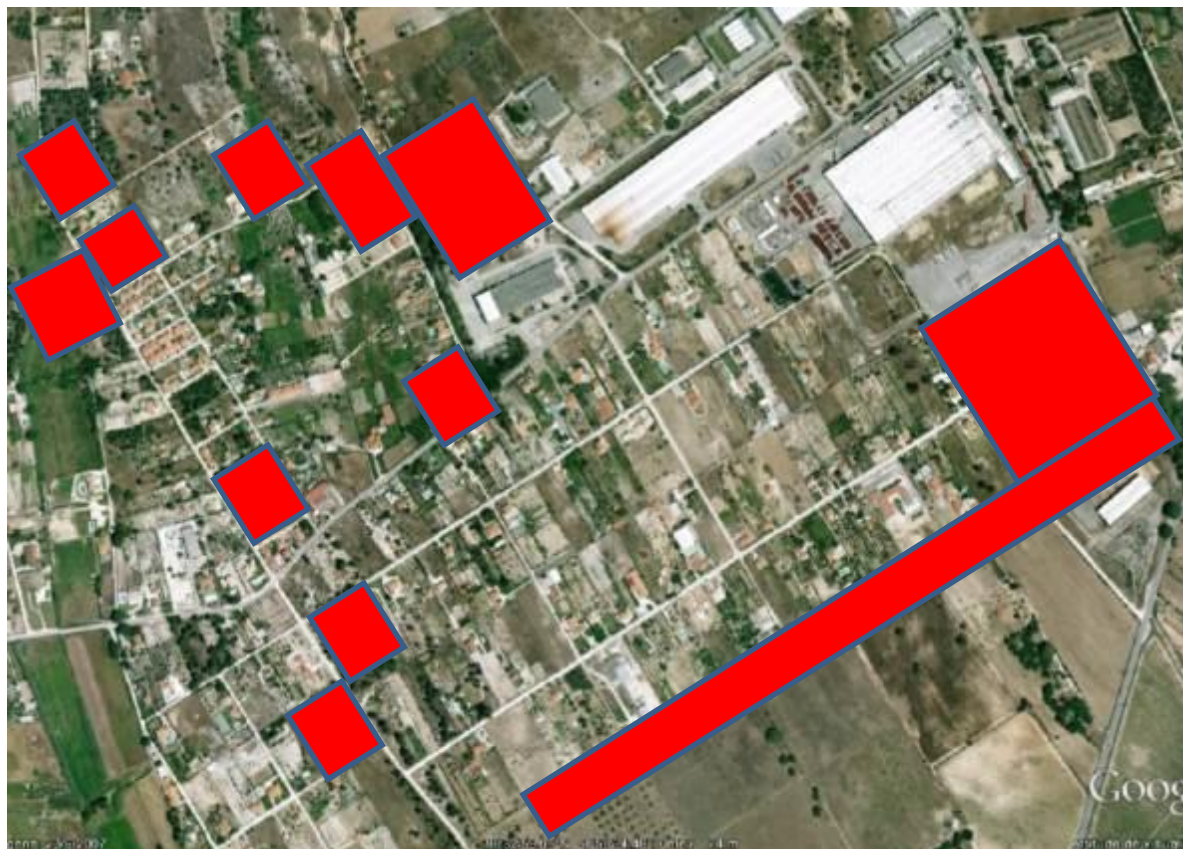
Nível 3 – áreas em que apenas é possível prospectar cerca de 60% do terreno, apresentando solos de difícil progressão e coberto vegetal que impede a observação de vestígios arqueológicos.

Nível 4 – áreas em que apenas é possível prospectar cerca de 40% do terreno. As condições de progressão são adversas e a visibilidade apenas se reduz a pequenas manchas.

Nível 5 – áreas em que a visibilidade é praticamente nula e apenas é possível observar trilhos, caminhos ou pequenas manchas lavradas. Correspondem a zonas onde a progressão se realiza com muita dificuldade, existindo poucos pontos de orientação e onde apenas se prospectou 10% do terreno.

Assim, e atendendo ao tipo de projeto, foi totalmente prospectada as áreas acessíveis, verificando-se o cenário de Nível 1 e por isso não carece de novos trabalhos. Foram percorridas as estradas existentes. A principal dificuldade prende-se com o facto de se tratar de um bairro habitacional, com propriedades vedadas, o que impossibilita a verificação de cada lote. Acresce a este facto que a área do Plano de Pormenor é já uma área fortemente urbanizada.

Figura 2 - Áreas Prospetadas (assinaladas a vermelho)



5. LIMITES AO CONHECIMENTO

O Plano de Pormenor de Salmoura localiza-se numa área fortemente urbanizada, já constituída em bairro, apresentando loteamentos para habitação unifamiliar. Assim, na maior parte da área apenas é possível circular nas ruas, dado que os lotes se encontram murados. A prospeção aconteceu apenas nas áreas acessíveis e apresentadas em cartografia.

Observem-se em seguida algumas fotografias do tipo de urbanização.

PLANO DE PORMENOR (PP) DA SALMOURA / 1ª FASE – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO





6. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

O descritor património cultural foi realizado através da investigação bibliográfica e documental e da prospeção do terreno na área definida no Plano, numa faixa de 50 metros para além do limite máximo do Plano. Foi identificado um elemento patrimonial fora da área do Plano, mas que se localiza na sua orla.

No que concerne ao património arqueológico, não obstante os impactes que eventualmente a implementação do plano em estudo determinará, como é o caso da realização de infraestruturas urbanas básicas (passeios, rede de águas e saneamento, alcatroamento, rede elétrica renovada, etc.) o acompanhamento arqueológico dos trabalhos permitirá, caso se efetuem de melhoramento das infraestruturas do bairro, detetar vestígios arqueológicos que, desde que devidamente estudados, beneficiarão o conhecimento da dinâmica ocupacional da região.

Do ponto de vista do património edificado podemos afirmar que a não implementação do Plano de Pormenor não contribuiria para o melhoramento da situação atual, uma vez que tudo será preservado tal qual se encontra. Contudo, podemos afirmar que o facto de existir um elemento arquitetónico classificado como Imóvel de Interesse Municipal pelo município de Palmela, considera-se fundamental que esse elemento seja o centro cultural para a comunidade que agora se pretende beneficiar. Alerta-se para a necessidade de se esbaterem as barreiras administrativas, uma vez que o Plano de Pormenor se localiza em Setúbal, e se valorize as ligações culturais. Estas rompem as barreiras administrativas.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AA. VV., Inventário de sítios arqueológicos, Lisboa, IPPAR, s.d.
- AA. VV., Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado – Distrito de Setúbal, IPPAR, Lisboa, 1993.
- AA. VV., Base de Dados Endovélico, DGPC.
- ALARCÃO, Jorge,
Portugal Romano, 4ª edição, Coimbra, Editorial Verbo, 1987.

- Roman Portugal, Warminster: Aris & Phillips, 1988.
- CAPELLA, Manuel José Martins, Miliarios do Conventus Bracaraugustanus em Portugal. Relíquias d'epigraphia romana, trasladadas dos proprios monumentos. Porto: Typ. de Artur de José de Sousa e Irmão, 1895.
 - COFFYN, André, La fin de l'Age du Bronze dans le CentrePortugal. In O Arqueólogo Português. Lisboa. 4ª série: 1, 1983.
 - CORREIA, V, “O Paleolítico em Portugal. Estado Actual do seu Estudo” in O Arqueólogo Português, Vol. XVII, Lisboa, 1912.
 - FERREIRA, Octávio da Veiga,
“Algumas descobertas importantes da Pré e Proto-história portuguesa nos últimos anos” in Revista de Guimarães, Vol. LXXIII, Guimarães, 1963.
Portugal pré-histórico e seu enquadramento no Mediterrâneo, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.
 - FONTES, J., “Subsídios para o estudo do paleolítico português” in O Archeólogo Português, vol. XVII, Lisboa, 1912.
 - GIL, Júlio; CABRITA, Augusto., *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal (4ª ed.)*. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, 1996.
 - HIPÓLITO, Mário de Castro, Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. In Conimbriga. Coimbra. 23, 1961.
 - LEISNER, Vera, “As diferentes fases do Neolítico em Portugal” in Arqueologia, 7, Porto, 1983.
 - MARQUES, João Martins da Silva, Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História, Vol. I, Lisboa, INIC, 1988.
 - OLIVEIRA, Eduardo Pires de,
Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969), IPPAR, Lisboa, 1984.
Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1970-1979), IPPAR, Lisboa, 1985.
Bibliografia Arqueológica Portuguesa (Séc. XVI-1934), IPPAR, Lisboa, 1993.
 - SAA, Mário, As Grandes Vias da Lusitânia: o itinerário de António Pio(Vol. 3), Lisboa, Sociedade Astória, 3º Vol., 1960.
 - SANTOS, M. Farinha dos, Pré-História de Portugal, 3ª edição actualizada, Lisboa, Editorial Verbo, 1985.
 - SAVORY, H. N., “A Idade do Bronze atlântico no Sudoeste da Europa” in Revista de Guimarães, 61:3-4, 1951.
 - SOARES, P. M., Estações das gravuras rupestres. Valença: 4, 1988.
 - SOUSA, J. M. Cordeiro, Apontamentos de Epigrafia Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1937.
 - ZBYSZEWSKI, G., Carta Geológica do Quaternário de Portugal, Lisboa, Ministério da Economia/ Secretaria de Estado da indústria/ Direcção Geral de Minas e Serviços Mineiros, 1971.